

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2024

CONEXÃO DE SABERES

ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES EM
GESTÃO, EDUCAÇÃO, DIREITO E SAÚDE



Lucas Alves de Oliveira Lima | Maira Danuse Santos de Oliveira
Anselmo Ferreira dos Santos | Bárbara Monique Alves Desidério
Samaira Cristina Souza Chagas | Nelson Nunes da Silva Lopes Júnior
Henrique Luiz Caproni Neto | Tatiane Dantas Martins Robles
Silvia Gomes Correia | Ana Flávia Costa Eccard | Salesiano Durigon
Cilene Magda Vasconcelos de Souza | Rogério dos Santos Ferreira
Artunho de Araujo Farias

EDITORA CHEFE

Prof^o Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO

Nathan Albano Valente

ORGANIZADORES DO LIVRO

Lucas Alves de Oliveira Lima
Maira Danuse Santos de Oliveira
Anselmo Ferreira dos Santos
Bárbara Monique Alves Desidério
Samaira Cristina Souza Chagas
Nelson Nunes da Silva Lopes Júnior
Henrique Luiz Caproni Neto
Tatiane Dantas Martins Robles
Sílvia Gomes Correia
Ana Flávia Costa Eccard
Salesiano Durigon
Cilene Magda Vasconcelos de Souza
Rogério dos Santos Ferreira
Artunho de Araujo Farias

2024 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2024 Os Autores

Copyright da Edição © 2024 Seven Editora

PRODUÇÃO EDITORIAL

Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE

Alan Ferreira de Moraes

EDIÇÃO DE TEXTO

Natan Bones Petitemberte

BIBLIOTECÁRIA

Bruna Heller

IMAGENS DE CAPA

AdobeStok

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

CORPO EDITORIAL

Pedro Henrique Ferreira Marçal - Vale do Rio Doce University
Adriana Barni Truccolo - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Marcos Garcia Costa Morais - Universidade Estadual da Paraíba
Mônica Maria de Almeida Brainer - Instituto Federal de Goiás Campus Ceres
Caio Vinicius Efigenio Formiga - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Egas José Armando - Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique
Ariane Fernandes da Conceição - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Wanderson Santos de Farias - Universidade de Desenvolvimento Sustentável
Maria Gorete Valus - Universidade de Campinas
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília
Janyel Trevisol - Universidade Federal de Santa Maria
Irlane Maia de Oliveira - Universidade Federal de Mato Grosso
Paulo Roberto Duailibe Monteiro - Universidade Federal Fluminense
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília
Yuni Saputri M.A - Universidade de Nalanda, Índia
Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí, CEAD
Anderson Nunes Da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins
Adriana Barretta Almeida - Universidade Federal do Paraná
Jorge Luís Pereira Cavalcante - Fundação Universitária Iberoamericana
Jorge Fernando Silva de Menezes - Universidade de Aveiro
Antonio da Costa Cardoso Neto - Universidade de Flores Buenos Aires
Antônio Alves de Fontes-Júnior - Universidade Cruzeiro do Sul
Alessandre Gomes de Lima - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
Moacir Silva de Castro - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Marcelo Silva de Carvalho- Universidade Federal de Alfnas
Charles Henrique Andrade de Oliveira - Universidade de Pernambuco
Telma Regina Stroparo - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Valéria Raquel Alcantara Barbosa - Fundação Oswaldo Cruz
Kleber Farinazo Borges - Universidade de Brasília
Rafael Braga Esteves - Universidade de São Paulo
Inaldo Kley do Nascimento Moraes - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Mara Lucia da Silva Ribeiro - Universidade Federal de São Paulo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

C747

Conexão de saberes [recurso eletrônico] : abordagens interdisciplinares em gestão, educação, direito e saúde / Lucas Alves de Oliveira Lima ... [et al.]. – São José dos Pinhais, PR: Seven Editora, 2024.
Dados eletrônicos (1 PDF).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6109-064-3

1. Educação. 2. Gestão. 3. Saúde. I. Lima, Lucas Alves de Oliveira. II. Moraes, Sérgio David de. III. Rocha, Simone Aparecida Simões. IV. Martelo, Danilo Renato da Silva. V. Título.

CDU 37:61

Índices para catálogo sistemático:

1. CDU: Educação 37
2. CDU: Saúde 61

Bruna Heller - Bibliotecária - CRB10/2348

DOI: 10.56238/livrosindi202452-

Seven Publicações Ltda
CNPJ: 43.789.355/0001-14
editora@sevenevents.com.br
São José dos Pinhais/PR

DECLARAÇÃO DO(A) AUTOR(A)

O(a) autor(a) deste trabalho DECLARA, para os seguintes fins, que:

Não possui nenhum interesse comercial que gere conflito de interesse em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter participado ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente nas seguintes condições: "a) Desenho do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação dos dados; b) Elaboração do artigo ou revisão para tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão";

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados e/ou resultados fraudulentos e defeitos de autoria;

Confirma a citação correta e referência de todos os dados e interpretações de dados de outras pesquisas;

Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para realizar a pesquisa;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design visual e criação de capa, layout interno, bem como seu lançamento e divulgação de acordo com os critérios da Seven Eventos Acadêmicos e Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Seven Publicações DECLARA, para fins de direitos, deveres e quaisquer significados metodológicos ou legais, que:

Esta publicação constitui apenas uma transferência temporária de direitos autorais, constituindo um direito à publicação e reprodução dos materiais. A Editora não é co-responsável pela criação dos manuscritos publicados, nos termos estabelecidos na Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; O(s) autor(es) é(são) exclusivamente responsável(eis) por verificar tais questões de direitos autorais e outros, isentando a Editora de quaisquer danos civis, administrativos e criminais que possam surgir.

Autoriza a DIVULGAÇÃO DO TRABALHO pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, shows, mídia e televisão, desde que haja o devido reconhecimento da autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial, com a apresentação dos devidos CRÉDITOS à SEVEN PUBLICAÇÕES, sendo o(s) autor(es) e editora(es) responsáveis pela omissão/exclusão dessas informações;

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não os venda em seu site, sites parceiros, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio virtual ou físico. Portanto, está isento de transferências de direitos autorais para autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos fins didáticos e publicitários da obra, que pode ser consultada a qualquer momento.

Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições públicas de ensino superior, conforme recomendado pela CAPES para obtenção do Qualis livro;

A Seven Eventos Acadêmicos não atribui, vende ou autoriza o uso dos nomes e e-mails dos autores, bem como de quaisquer outros dados deles, para qualquer finalidade que não seja a divulgação desta obra, de acordo com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

ORGANIZADORES DO E-BOOK

Lucas Alves de Oliveira Lima

Administrador e Doutor em H.c
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Três Rios, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: luksapp99@gmail.com

Maira Danuse Santos de Oliveira

Pós-graduada em Administração de Recursos Humanos
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
ORCID: 0009-0000-9524-4734
E-mail: mairadanuse@ufpi.edu.br

Anselmo Ferreira dos Santos

Doutor em Agronomia tropical
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-Campus Maués.
ORCID: 0000-0003-2074-3664
E-mail: anselmo.santos@ifam.edu.br

Bárbara Monique Alves Desidério

Especialização em Neuropsicologia e Mestrado em Saúde Coletiva pela FACISA - em andamento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Santa Cruz - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
Lattes: 6321878965739431
E-mail: barbaramonalves.neuropsi@gmail.com

Samaira Cristina Souza Chagas

Especialista em Gestão de Pessoas - IFPI
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Lattes: 8920874458534551
E-mail: admsamairasouza@urc.uespi.br

Nelson Nunes da Silva Lopes Júnior

Mestre em Ensino de Química
Universidade Federal do Piauí
E-mail: nelsonlopes_20@hotmail.com

Henrique Luiz Caproni Neto

Mestre em Administração
UFJF

Tatiane Dantas Martins Robles

Mestra em educação universitária e gestão educativa.
Universidad Pontificia Católica del Perú
Lattes: 730066492242598
E-mail: Tatiane.dantas@pucp.edu.pe

Silvia Gomes Correia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap)
Lattes: 7493792768463535
ORCID: 0009-0001-8199-5649
E-mail: silvia.correia@ifap.edu.br

Ana Flávia Costa Eccard

Doutora em Direito PPGD UVA/RJ
Unifacvest
ORCID: 0000-0001-6878-1497
E-mail: anaeccard@gmail.com

Salesiano Durigon

Doutor em Direito PPGD UVA/RJ
UVA/Unifacvest
ORCID: 0000-0002-2142-0544
E-mail: advdurigon27373@gmail.com

Cilene Magda Vasconcelos de Souza

Mestra
FCAP/UPE

Rogério dos Santos Ferreira

Especialização em Educação Especial e Inclusiva
Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)
Lattes: 0358103626322489
E-mail: santosferreira20491@gmail.com

Artunho de Araujo Farias

Mestrando em Educação
Universidad Unida
Lattes: 8181196326968749
E-mail: artunhoaraujo@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Este livro oferece uma visão integrada e crítica sobre temas contemporâneos relacionados à inclusão escolar, gestão empresarial e saúde mental. Reunindo uma série de estudos e análises detalhadas, a obra examina como as tecnologias de acessibilidade, como softwares para alunos cegos, podem transformar a educação e promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo. Também aborda a interseção entre a legislação ambiental e a gestão empresarial, destacando como a conformidade legal pode servir como um mecanismo para a sustentabilidade nas organizações. Além disso, o livro explora o impacto da ansiedade e depressão no ambiente de trabalho, especialmente entre profissionais da saúde, e investiga como a inovação e as estratégias organizacionais podem ser aliadas no avanço da sustentabilidade.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....9

  10.56238/livrosindi202452-001

O USO DE SOFTWARES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CEGOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Ana Alice de Rezende Fonseca Theobald, Angela Estrela de Sampaio, Bruna Letícia da Silva.

CAPÍTULO 2.....17

  10.56238/livrosindi202452-002

GESTÃO EMPRESARIAL: A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL COMO MECANISMO PARA A SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

Mariana Margutti, Maira Danuse Santos de Oliveira, Janaina dos Santos Benvindo, Suellen Pereira dos Santos, Gabriel Albiero Real, Fayrusse Correia de Medeiros, Gabriel Santos Dalla Costa, Samaira Cristina Souza Chagas, Josivan Silva Júnior, Nilmar Diogo dos Reis, Maria Gabriela do Nascimento.

CAPÍTULO 3.....24

  10.56238/livrosindi202452-003

ANSIEDADE E DEPRESSÃO NO TRABALHO ENTRE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Alexandre Magno Teixeira Medeiros, Frabcusco Nathizael Ribeiro Gonçalves, Isabella Peixoto dos Santos, Luiz de Lavor Marculino, Samira Goldberg Rego Barbosa, Laércio Viana Oliveira, Heitor Costa Azevedo de Lucena.

CAPÍTULO 4.....31

  10.56238/livrosindi202452-004

INCLUSÃO ESCOLAR E TECNOLOGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS CEGOS: PERCEPÇÕES DOCENTES

Fyllipe Felix Ferreira, Givanildo Rodrigues da Silva.

CAPÍTULO 5.....38

  10.56238/livrosindi202452-005

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: A ASSOCIAÇÃO ENTRE DIREITO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

Fyllipe Felix Ferreira, Maira Danuse Santos de Oliveira, Samaira Cristina Souza Chagas, Frank Oliveira Cavalcante, Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy, Maria Gabriela do Nascimento, Fernanda Catusca Morelli Silva.

O USO DE SOFTWARES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CEGOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

  10.56238/livrosindi202452-001

Ana Alice de Rezende Fonseca Theobald

Licenciada em Pedagogia, com Especialização em Administração, Supervisão e Orientação Educacional e Mestranda em Ciências da Educação
E-mail: CBS-Christian Business School

Angela Estrela de Sampaio

Mestra em Economia e Doutoranda em Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Bruna Letícia da Silva

Graduada em Psicologia
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Lattes: 4933742300142758
E-mail: brunaledasilva@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a eficácia dos softwares para a inclusão escolar de alunos cegos, explorando a utilização de Tecnologias Assistivas (TAs) na educação. Utilizando uma metodologia de revisão integrativa da literatura, a pesquisa revisou artigos publicados entre 2020 e 2023, selecionados a partir de bases de dados acadêmicas como Google Acadêmico e SciELO. Os resultados indicam que, embora os softwares especializados, como leitores de tela e ampliadores de texto, desempenhem um papel crucial na inclusão e autonomia dos alunos cegos, ainda existem desafios significativos, como a necessidade de adaptação tecnológica e a insuficiência de recursos em alguns contextos educacionais. A análise destacou a importância da formação continuada dos educadores e a necessidade de mais pesquisas para detalhar como as TAs impactam a prática educacional e atender às necessidades específicas dos alunos cegos. A conclusão enfatiza que, para promover uma inclusão escolar verdadeira e sustentável, é essencial investir no desenvolvimento contínuo de tecnologias assistivas e na capacitação dos profissionais da educação, garantindo um ambiente de aprendizagem acessível e equitativo.

Palavras-chave: Educação, Tecnologias, Softwares, Cegos, Escola.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos cegos é um tema de crescente relevância na educação moderna, à medida que sociedades ao redor do mundo buscam promover a equidade e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. No contexto desse esforço, a utilização de softwares educacionais especializados emerge como uma ferramenta crucial para facilitar a participação plena desses alunos no ambiente escolar. A integração de tecnologias assistivas não só permite que estudantes com deficiência visual acessem conteúdos educacionais de maneira mais eficaz, mas também contribui para a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e adaptado às suas necessidades específicas (Benitez; Domeniconi, 2015).

A diversidade de softwares disponíveis para a inclusão escolar é vasta e inclui desde leitores de tela e ampliadores de texto até programas que convertem textos em áudio e aplicativos que oferecem feedback tátil. Esses recursos tecnológicos têm o potencial de transformar a experiência educacional de alunos cegos, oferecendo suporte na leitura e na escrita, assim como na navegação em ambientes virtuais e no acesso a informações visuais. A capacidade desses softwares para tornar o conteúdo acessível e interativo é fundamental para superar as barreiras que tradicionalmente dificultam a participação desses alunos nas atividades escolares (Frazão et al., 2020).

No entanto, a implementação bem-sucedida desses recursos requer uma compreensão aprofundada das suas funcionalidades e das melhores práticas para sua utilização. Estudos recentes têm demonstrado que a eficácia desses softwares não depende apenas de sua disponibilidade, mas também da formação dos educadores, da integração com o currículo escolar e da adaptação às necessidades individuais dos alunos. Uma revisão integrativa da literatura existente pode fornecer insights valiosos sobre como esses fatores interagem e impactam a eficácia dos softwares na promoção da inclusão escolar (Oliveira; Mill, 2016).

Além disso, a revisão da literatura pode revelar lacunas no conhecimento atual, como a necessidade de mais pesquisas sobre a eficácia de diferentes tipos de softwares e a sua aceitação por parte de alunos e educadores. Esses estudos podem destacar as melhores abordagens para a escolha e implementação de tecnologias assistivas, bem como as barreiras e desafios enfrentados na prática. Compreender essas dinâmicas é essencial para aprimorar as estratégias de inclusão e garantir que os recursos tecnológicos atendam de maneira eficiente às necessidades dos alunos cegos (Silva; Carvalho, 2017).

Portanto, uma revisão integrativa da literatura sobre o uso de softwares para a inclusão escolar de alunos cegos não apenas contribui para o entendimento das práticas e desafios atuais, mas também oferece uma base sólida para o desenvolvimento de novas abordagens e melhorias contínuas. Esse processo de revisão e análise é fundamental para garantir que a tecnologia continue a desempenhar um papel positivo e transformador na educação inclusiva, promovendo um ambiente de aprendizagem que realmente valorize e apoie a diversidade de todos os estudantes (Sousa; Sousa, 2016).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar o uso de softwares para a inclusão escolar de alunos cegos. Justifica-se a relevância desta pesquisa mediante a importância de promover um ambiente educacional acessível e equitativo, que permita a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas deficiências. A utilização adequada de tecnologias assistivas pode ser um divisor de águas para garantir que alunos cegos não apenas acessem o conteúdo curricular, mas também desenvolvam habilidades essenciais para seu aprendizado e participação social. Além disso, ao investigar e compreender a eficácia dos diferentes tipos de softwares, a pesquisa contribui para o

aprimoramento contínuo das práticas educacionais e oferece orientações valiosas para educadores, desenvolvedores e formuladores de políticas. Essa análise aprofundada visa fornecer uma base sólida para a criação de estratégias mais eficazes e adaptadas às necessidades dos alunos cegos, promovendo uma inclusão escolar verdadeira e sustentável.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura, uma abordagem escolhida para fornecer uma análise abrangente e crítica sobre o uso de softwares para a inclusão escolar de alunos cegos. Esta metodologia foi selecionada por sua capacidade de sintetizar estudos variados, identificar tendências, lacunas e evidenciar as melhores práticas e desafios no campo. A revisão integrativa permite uma compreensão holística do tema, essencial para avaliar a eficácia e os impactos dos softwares assistivos na educação.

O levantamento de dados foi conduzido utilizando-se bases de dados acadêmicas, especificamente Google Acadêmico e SciELO, que são fontes confiáveis e amplamente reconhecidas na pesquisa científica. Para otimizar a busca, foram empregadas palavras-chave específicas e descritores de busca com operadores booleanos como AND e OR, a fim de refinar os resultados e focar apenas nos artigos mais relevantes para o tema. Essa estratégia garantiu uma coleta de dados mais direcionada e relevante.

Foram estabelecidos critérios rigorosos de inclusão para a seleção dos estudos. Apenas foram considerados artigos que atendiam aos seguintes critérios: publicação no idioma português, origem em periódicos brasileiros, disponibilização em formato completo e gratuito, e relevância direta para o tema da inclusão escolar de alunos cegos. Além disso, os artigos selecionados precisavam ter sido publicados no período de 2020 a 2023. Esses critérios foram essenciais para garantir que a pesquisa fosse atual e focada no contexto brasileiro.

Outros tipos de estudos, como teses, resumos de conferências e trabalhos de conclusão de curso, foram excluídos do levantamento. A exclusão desses materiais foi necessária para manter o foco na literatura revisada por pares e em artigos completos que oferecem análises mais detalhadas e rigorosas sobre o uso de softwares educacionais.

A análise dos dados foi conduzida em duas etapas distintas. Na primeira etapa, foram realizadas leituras dos títulos e resumos dos artigos para uma triagem inicial e avaliação preliminar da relevância. Na segunda etapa, foram realizadas leituras completas dos artigos selecionados para uma análise aprofundada. Este processo resultou na seleção de uma amostra final composta por três artigos científicos que atendiam a todos os critérios estabelecidos e proporcionavam insights significativos sobre o uso de softwares para a inclusão escolar de alunos cegos.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Quadro 1. Artigos selecionados

Autores	Objetivos	Metodologia	Principais resultados
Almeida e Ferreira (2021)	Analisar o uso de tecnologias móveis colaborativas para alunos cegos	Revisão sistemática	O artigo destaca que as tecnologias têm se mostrado eficazes em promover a inclusão e o aprendizado de alunos cegos, oferecendo ferramentas que facilitam a interação e o acesso ao conteúdo educacional. No entanto, o estudo também aponta desafios persistentes, como a necessidade de adaptação das tecnologias às especificidades dos usuários e a falta de recursos adequados em alguns contextos educacionais. A revisão fornece uma visão abrangente das práticas atuais, evidenciando tanto os avanços quanto as áreas que ainda precisam de desenvolvimento.
Silva e Segadas-Vianna (2022)	Analisar como os recursos de Tecnologia Assistiva (TA) contribuíram para a aprendizagem de conteúdos de Matemática de um aluno com deficiência visual incluído, atualmente, no Ensino Superior.	Pesquisa qualitativa	A pesquisa demonstra que o uso eficaz de recursos de Tecnologia Assistiva (TA) e a presença de um professor dedicado foram essenciais para a inclusão e sucesso acadêmico de um aluno com deficiência visual no Ensino Superior. Através da utilização de materiais grafotáteis, Dosvox e SonoraMat, que o professor não conhecia previamente, foi possível tornar o conteúdo acessível e promover a autonomia do aluno. Estudos anteriores também destacam a importância desses recursos para a autonomia na aprendizagem de Matemática para alunos com deficiência visual. A pesquisa ressalta que, apesar da falta de preparo inicial do professor, sua dedicação e busca por formação continuada foram fundamentais para adaptar o ensino às necessidades do aluno. A pesquisa enfatiza a necessidade de professores comprometidos e capacitados para criar um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível, promovendo a inclusão de todos os estudantes e desafiando preconceitos e barreiras educacionais.
Vieira, Lopes e Monteiro (2020)	Avaliar como os pesquisadores brasileiros definem e abordam os usos das TAs na educação dos alunos cegos,	Pesquisa bibliográfica	O estudo analisou como pesquisadores brasileiros definem e abordam o uso de Tecnologias Assistivas (TAs) na educação de alunos cegos em publicações de 2008 a 2017 nas plataformas CAPES e SciELO. Constatou-se que as definições destacam o potencial das TAs para promover acessibilidade, autonomia e inclusão. No entanto, a pesquisa revelou uma escassez de estudos sobre a relação entre TAs e a educação de alunos cegos, indicando a necessidade de mais pesquisas para explorar e divulgar a importância dessas tecnologias. A análise sugere a criação de novos estudos que enfoquem como as TAs podem proporcionar experiências significativas para o desenvolvimento dos alunos cegos.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O artigo de Almeida e Ferreira (2021) fornece uma análise crítica sobre o impacto das tecnologias no processo de inclusão e aprendizagem de alunos cegos. Segundo o estudo, as tecnologias têm desempenhado um papel crucial na promoção da inclusão, ao facilitar a interação dos alunos cegos com o conteúdo educacional e proporcionar acesso mais equitativo ao material de ensino. Os recursos tecnológicos permitem que esses alunos participem ativamente das atividades escolares e desenvolvam habilidades essenciais, contribuindo significativamente para a sua integração no ambiente acadêmico.

Contudo, o estudo também revela que, apesar dos avanços, persistem desafios significativos na utilização dessas tecnologias. Um dos principais obstáculos identificados é a necessidade de adaptar os recursos tecnológicos às especificidades individuais dos alunos cegos. Isso inclui ajustes no software e hardware para garantir que atendam adequadamente às diferentes necessidades e preferências dos usuários. Além disso, a pesquisa aponta a falta de recursos adequados em alguns contextos educacionais como um problema crítico, o que pode limitar a eficácia das tecnologias e impactar negativamente a experiência de aprendizagem dos alunos.

A revisão conduzida por Almeida e Ferreira proporciona uma visão abrangente das práticas atuais relacionadas ao uso de tecnologias para a inclusão de alunos cegos, destacando tanto os avanços obtidos quanto as áreas que necessitam de mais desenvolvimento. A análise sugere que, embora haja progresso na implementação de ferramentas tecnológicas, é fundamental continuar investindo em melhorias e adaptações para superar as barreiras restantes e garantir uma inclusão mais efetiva. Portanto, a pesquisa enfatiza a importância de uma abordagem contínua e adaptativa no desenvolvimento e aplicação de tecnologias assistivas, para atender plenamente às necessidades dos alunos cegos e promover uma educação mais inclusiva e acessível.

A pesquisa de Silva e Segadas-Vianna (2022) evidencia a importância crucial do uso eficaz de Tecnologias Assistivas (TA) e da dedicação do professor para a inclusão e sucesso acadêmico de um aluno com deficiência visual no Ensino Superior. O estudo mostra que a implementação de recursos como materiais grafotáteis, Dosvox e SonoraMat, os quais o professor não conhecia previamente, foi fundamental para tornar o conteúdo educacional acessível e para fomentar a autonomia do aluno. Esses recursos foram essenciais para permitir que o aluno interagisse com o material de forma independente e significativa.

Além disso, a pesquisa destaca que, apesar da falta de preparo inicial do professor, sua dedicação e a busca por formação continuada foram determinantes para adaptar o ensino às necessidades específicas do aluno. A atitude proativa do professor, ao buscar aprender e aplicar novas técnicas e recursos, foi crucial para garantir uma experiência de aprendizagem inclusiva e eficaz.

Os resultados corroboram a importância desses recursos na promoção da autonomia na aprendizagem de Matemática para alunos com deficiência visual. A pesquisa sublinha a necessidade de professores comprometidos e bem capacitados, que não apenas utilizem tecnologias assistivas de maneira adequada, mas também criem um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível. Este compromisso dos educadores é fundamental para desafiar preconceitos e superar barreiras educacionais, promovendo uma inclusão mais ampla e efetiva de todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais.

O estudo de Vieira, Lopes e Monteiro (2020) oferece uma visão crítica sobre como as Tecnologias Assistivas (TAs) são definidas e aplicadas na educação de alunos cegos no Brasil, baseando-se em publicações acadêmicas disponíveis nas plataformas CAPES e SciELO entre 2008 e 2017. A análise desses estudos revela um consenso sobre o potencial das TAs para promover acessibilidade, autonomia e inclusão. Essas tecnologias são vistas como ferramentas essenciais para integrar alunos cegos no ambiente educacional, ajudando a superar barreiras que poderiam limitar seu acesso ao conteúdo e à participação plena nas atividades escolares.

No entanto, o estudo também destaca uma lacuna significativa na literatura existente: a escassez de pesquisas que explorem detalhadamente a relação entre as TAs e a educação de alunos cegos. Esta falta de estudos específicos sugere que, apesar do reconhecimento do valor das TAs, há uma necessidade urgente de investigações mais aprofundadas que possam examinar como essas tecnologias são realmente implementadas e como elas impactam o processo educacional para esse grupo de alunos.

A análise aponta para a importância de futuras pesquisas que se concentrem em como as TAs podem ser utilizadas para proporcionar experiências educacionais significativas e efetivas para alunos cegos. A criação de novos estudos nessa área não apenas ajudaria a preencher lacunas no conhecimento existente, mas também poderia fornecer insights valiosos para aprimorar a prática educacional e a política pública relacionada à inclusão escolar. Dessa forma, o estudo enfatiza a necessidade de um maior investimento em pesquisa para garantir que as Tecnologias Assistivas sejam utilizadas de maneira a maximizar seus benefícios e contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a inclusão dos alunos cegos no ambiente acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre o uso de softwares para a inclusão escolar de alunos cegos revelou insights significativos sobre a eficácia e os desafios associados à utilização de Tecnologias Assistivas (TAs) no ambiente educacional. Os resultados evidenciam que as tecnologias têm um papel crucial na promoção da inclusão e na melhoria do acesso ao conteúdo educacional para alunos cegos. Softwares especializados, como leitores de tela e ferramentas de ampliação, têm se mostrado fundamentais para facilitar a participação desses alunos nas atividades escolares e para promover sua autonomia no processo de aprendizagem.

No entanto, a análise também destacou desafios persistentes, como a necessidade de adaptação das tecnologias às especificidades dos usuários e a falta de recursos adequados em alguns contextos educacionais. A eficácia das TAs não depende apenas da sua disponibilidade, mas também da formação dos educadores e da integração dessas ferramentas com o currículo escolar. A pesquisa

mostrou que a falta de preparo inicial dos professores e a carência de formação continuada podem limitar o impacto positivo das tecnologias assistivas.

Além disso, a revisão da literatura indicou uma escassez de estudos detalhados sobre a aplicação prática das TAs na educação de alunos cegos, sugerindo a necessidade de mais pesquisas para explorar e divulgar a importância dessas tecnologias. É essencial desenvolver novas investigações que abordem como as TAs podem proporcionar experiências educacionais mais significativas e adaptadas às necessidades individuais dos alunos cegos.

Em conclusão, a pesquisa sublinha a importância de um compromisso contínuo com o desenvolvimento e a adaptação de tecnologias assistivas, bem como a necessidade de formação adequada para os profissionais da educação. Investir na criação de estratégias mais eficazes e adaptadas às necessidades dos alunos cegos é fundamental para garantir uma inclusão escolar verdadeira e sustentável. A compreensão aprofundada dos desafios e das melhores práticas associadas ao uso de softwares educativos pode contribuir para um ambiente de aprendizagem mais acessível e equitativo, beneficiando a todos os estudantes e promovendo uma educação mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. R.; FERREIRA, D. J. Tecnologias educacionais móveis colaborativas para alunos cegos: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa*, 2021.
- BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Inclusão escolar: o papel dos agentes educacionais brasileiros. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, n. 4, p. 1007-1023, 2015.
- FRAZÃO, A. A. N. et al. Tecnologia Assistiva: Aplicativos Inovadores para estudantes com Deficiência Visual. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 11, p. 8, 2020.
- OLIVEIRA, C. D.; MILL, D. Acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva: um estudo bibliométrico. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 11, n. 3, p. 1169–1183, 2016.
- SILVA, M. DE A. DA; SEGADAS-VIANNA, C. C. DE. Ensino de Cálculo a Alunos com Deficiência Visual: a Importância do Professor e do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva. *Perspectivas da Educação Matemática*, v. 15, n. 38, p. 1-21, 31 ago. 2022.
- SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.23, n.2, p.293–308, Abr.-Jun., 2017.
- SOUSA, A. C. L. L.; SOUSA, I. S. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. *Revista Estação Científica*, v. 6, n. 3, 2016.
- VIEIRA, K. C. G.; LOPES, E. R.; MONTEIRO, M. I. B. Tecnologias assistivas na educação de alunos cegos brasileiros: definições e usos no cotidiano escolar. *Sensos-e*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 127–133, 2020.

GESTÃO EMPRESARIAL: A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL COMO MECANISMO PARA A SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

  10.56238/livrosindi202452-002

Mariana Margutti

Doutora em Direito
CEAP Centro de Ensino Superior do Amapá
Amapá, Brasil

Maira Danuse Santos de Oliveira

Pós-graduada em Administração de Recursos Humanos
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
ORCID: 0009-0000-9524-4734
E-mail: mairadanuse@ufpi.edu.br

Janaina dos Santos Benvindo

Mestre em administração e controladoria
Universidade Federal do Ceará - UFC.
E-mail: janainabenvindo@gmail.com

Suellen Pereira dos Santos

Pós-graduanda em ciência de dados na Administração Pública e Funcionária Pública Ebserh
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
ORCID: 0009-0004-8777-7185
E-mail: spereiradosantos49@gmail.com

Gabriel Albiero Real

Bacharel em Administração de Empresas
Universidade Franciscana (UFN)
E-mail: gabrielreal96@hotmail.com

Fayrusse Correia de Medeiros

Mestranda em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais - UFCG
Universidade Federal de Campina Grande
Lattes: 9567275545733970
E-mail: fayrusse@gmail.com

Gabriel Santos Dalla Costa

Especialista
Legale Educacional
Lattes: 1754587678174642
E-mail: gabriel@advocaciadallacosta.com

Samaira Cristina Souza Chagas

Especialista em Gestão de Pessoas - IFPI
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Lattes: 8920874458534551
E-mail: admsamairasouza@urc.uespi.br

Josivan Silva Júnior

Mestrando em Administração (UFCA)
Universidade Federal do Cariri
Instituto Federal do Maranhão - IFMA
Lattes: 7593685092663834
E-mail: josivanjr@gmail.com

Nilmar Diogo dos Reis

Graduado em Administração; Mestre em Administração; Doutor em Administração
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
ORCID: 0000-0003-2163-0709
E-mail: nilmardiogo@yahoo.com.br

Maria Gabriela do Nascimento

Graduação
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
E-mail: mariagabrielaufupe@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o papel da legislação ambiental como mecanismo para a promoção da sustentabilidade nas organizações. Adotando uma abordagem exploratória e qualitativa, a pesquisa envolveu a realização de entrevistas em profundidade com quinze gestores selecionados por conveniência. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica da análise do discurso. Os resultados revelaram que a legislação ambiental é vista como essencial para a integração de práticas sustentáveis nas empresas, fornecendo uma estrutura normativa que orienta e regula as operações. No entanto, a conformidade com essas normas apresenta desafios significativos, como custos elevados e complexidade operacional. Apesar desses desafios, os gestores reconheceram que a conformidade oferece vantagens competitivas e oportunidades de mercado, além de atuar como um impulsionador da inovação e da melhoria contínua. Em conclusão, a legislação ambiental não apenas promove a responsabilidade ambiental, mas também incentiva práticas empresariais mais sustentáveis e eficientes, reforçando a importância das normas ambientais para o desenvolvimento sustentável das organizações.

Palavras-chave: Legislação Ambiental, Sustentabilidade Empresarial, Gestão Ambiental, Inovação Sustentável, Conformidade Normativa.

1 INTRODUÇÃO

A gestão empresarial moderna enfrenta uma série de desafios, entre os quais se destaca a necessidade de integrar práticas sustentáveis em suas operações. Em um cenário global onde as questões ambientais ganham cada vez mais relevância, as organizações são pressionadas a adotar práticas que não apenas visem o lucro, mas também a preservação ambiental. A gestão empresarial, portanto, deve evoluir para incorporar a sustentabilidade como um dos pilares de suas estratégias. Nesse contexto, a legislação ambiental emerge como um instrumento crucial que não só regulamenta a atuação das empresas, mas também promove uma cultura de responsabilidade socioambiental (Lima et al., 2024).

A legislação ambiental estabelece um conjunto de normas e regulamentações que orientam e obrigam as empresas a operar de acordo com critérios que minimizam impactos negativos ao meio ambiente. Essas leis abrangem uma vasta gama de tópicos, desde o controle da poluição e a gestão de resíduos até a conservação de recursos naturais e a proteção da biodiversidade. A conformidade com essas normas não apenas ajuda as organizações a evitar penalidades e litígios, mas também melhora sua imagem perante consumidores e investidores, cada vez mais atentos à responsabilidade ambiental das empresas com as quais se associam (Benedicto et al., 2021).

Ademais, a legislação ambiental proporciona uma estrutura que incentiva as empresas a adotar práticas proativas de sustentabilidade. Leis e regulamentos frequentemente incluem mecanismos como incentivos fiscais, subsídios e certificações ambientais, que recompensam aquelas que vão além dos requisitos mínimos e investem em tecnologias e processos mais limpos. Esse ambiente regulatório cria um cenário no qual a inovação e a eficiência ambiental tornam-se fatores competitivos importantes, estimulando as empresas a buscar soluções que não apenas atendam às exigências legais, mas também promovam a eficiência operacional e a redução de custos (Borges, 2022).

Em um mundo empresarial cada vez mais globalizado, as normas ambientais são frequentemente alinhadas com padrões internacionais, o que significa que a legislação ambiental pode atuar como um catalisador para a integração de práticas sustentáveis em todas as operações da empresa. Organizações que atendem a esses padrões não apenas asseguram sua conformidade local, mas também se posicionam de maneira competitiva no mercado global. A adesão a normas ambientais globais pode abrir portas para novos mercados e clientes que valorizam o compromisso com práticas sustentáveis, além de facilitar parcerias com outras empresas e entidades que compartilham desses valores (Caletti; Staffen, 2019; Fiorillo; Knoerr, 2021).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar a legislação ambiental como mecanismo para a sustentabilidade nas organizações.

2 MÉTODOS

A pesquisa foi realizada com o objetivo de explorar o papel da legislação ambiental na gestão empresarial e sua influência na sustentabilidade das organizações. Optou-se por uma pesquisa exploratória, um tipo de investigação que visa proporcionar uma compreensão inicial sobre um tema pouco estudado ou conhecido. Esse tipo de pesquisa é particularmente útil para desenvolver uma visão geral sobre o problema e identificar variáveis relevantes para estudos mais aprofundados.

No contexto desta pesquisa, a escolha por uma abordagem exploratória foi justificada pela necessidade de mapear como a legislação ambiental está sendo integrada nas práticas empresariais e quais são as percepções dos gestores sobre o impacto dessa integração.

A abordagem adotada para a pesquisa foi qualitativa, o que significa que o foco foi em entender o fenômeno de forma detalhada e rica, a partir das perspectivas dos indivíduos envolvidos. A pesquisa qualitativa é voltada para a coleta de dados não numéricos e visa capturar a complexidade das experiências e opiniões dos participantes. Esta abordagem foi escolhida para obter insights profundos sobre as percepções dos gestores em relação à legislação ambiental e como ela afeta suas práticas de gestão. Ao invés de quantificar respostas, a abordagem qualitativa permite explorar em detalhes como a legislação é compreendida e aplicada nas empresas, oferecendo uma visão mais abrangente e contextualizada.

A amostra da pesquisa foi composta por quinze gestores, que foram selecionados por conveniência. A seleção por conveniência significa que foram escolhidos participantes que estavam acessíveis e dispostos a participar da pesquisa, facilitando a coleta de dados sem a necessidade de uma amostragem aleatória mais rigorosa. Esse método foi adotado para garantir a obtenção de informações relevantes de gestores que pudessem fornecer uma visão prática e imediata sobre a aplicação da legislação ambiental nas suas organizações.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas em profundidade, uma técnica que permite obter informações detalhadas e contextuais sobre o tema em estudo. As entrevistas em profundidade envolvem a realização de conversas extensivas com os participantes, permitindo explorar suas experiências e opiniões de maneira aprofundada. Na prática, o processo iniciou-se com o contato inicial com os gestores, seguido pelo agendamento das entrevistas.

Durante as entrevistas, foram utilizados gravadores para garantir a precisão dos dados coletados. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e deram consentimento para serem gravados, assegurando a transparência e o respeito aos princípios éticos.

Para a análise dos dados, foi empregada a técnica da análise do discurso. Esta técnica envolve examinar as falas dos participantes para identificar padrões, temas e significados subjacentes nas suas respostas. A análise do discurso permite interpretar como os gestores percebem e falam sobre a legislação ambiental e a sustentabilidade, oferecendo uma compreensão mais profunda das atitudes e práticas observadas. A escolha dessa técnica foi fundamental para extrair insights significativos e interpretar os dados de forma a refletir a complexidade e a riqueza das opiniões dos gestores sobre o impacto da legislação ambiental em suas organizações.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

A análise dos dados coletados através das entrevistas em profundidade revelou várias percepções sobre como a legislação ambiental influencia a gestão empresarial e a sustentabilidade. Os relatos dos gestores proporcionaram uma visão detalhada das práticas adotadas pelas organizações e das dificuldades encontradas na implementação das normas ambientais.

Conforme apontado pelos respondentes E4 e E5, a legislação ambiental é vista como um fator crucial para a promoção da sustentabilidade dentro das empresas. E4 destacou que “a legislação ambiental estabelece um marco claro que nos ajuda a alinhar nossas operações com as melhores práticas sustentáveis. Sem essas normas, seria mais difícil manter um padrão elevado de responsabilidade ambiental.” Este relato indica que a legislação fornece uma estrutura que orienta e regula as ações das empresas, ajudando-as a integrar a sustentabilidade em suas estratégias.

Por outro lado, E5 ressaltou que, apesar dos benefícios, a implementação das leis ambientais pode ser desafiadora. Segundo E5, “enquanto as regulamentações são benéficas para garantir práticas sustentáveis, elas também podem ser bastante complexas e exigir investimentos significativos para adequação.” Isso sugere que, apesar das normas promoverem a responsabilidade ambiental, sua aplicação pode ser um processo oneroso e complicado para as empresas.

A dificuldade na adequação às normas foi um tema recorrente. E3 e E7 compartilharam experiências sobre como as regulamentações podem afetar as operações diárias das empresas. E3 mencionou que “o processo de adequação às novas leis ambientais muitas vezes resulta em mudanças operacionais significativas, o que pode ser desafiador para manter a eficiência e a rentabilidade.” E7 complementou, dizendo que “a necessidade de atualizar continuamente nossos processos para atender às novas exigências legais pode ser desgastante e levar a uma gestão mais complexa.” Esses relatos refletem que, apesar da legislação incentivar práticas sustentáveis, ela também impõe desafios operacionais.

Apesar dos desafios, os gestores também reconheceram os benefícios associados ao cumprimento das normas ambientais. E2 e E8 indicaram que a conformidade pode resultar em vantagens competitivas e oportunidades de mercado. E2 afirmou que “ter certificações ambientais não só melhora nossa imagem junto aos clientes, mas também nos abre portas para novos contratos e parcerias.” E8 também observou que “os incentivos fiscais e subsídios disponíveis para empresas que atendem aos padrões ambientais são um grande motivador para investir em práticas mais verdes.” Essas percepções destacam que a legislação não apenas regula, mas também incentiva práticas empresariais sustentáveis através de benefícios concretos.

Os gestores também discutiram como a legislação ambiental ajudou a moldar suas estratégias de sustentabilidade. E1 e E6 explicaram que a legislação atua como um catalisador para inovação e

melhoria contínua. El mencionou que “as exigências legais nos forçam a buscar novas tecnologias e processos que são mais sustentáveis e eficientes.” E6 acrescentou que “as regulamentações nos incentivam a revisar e melhorar constantemente nossas práticas, o que, por sua vez, fortalece nosso compromisso com a sustentabilidade.” Esses relatos demonstram que, além de garantir a conformidade, a legislação ambiental pode impulsionar a inovação dentro das empresas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender o papel da legislação ambiental como um mecanismo para a promoção da sustentabilidade nas organizações. Os resultados obtidos evidenciam que a legislação ambiental desempenha um papel fundamental na integração de práticas sustentáveis nas operações empresariais. Ao fornecer uma estrutura normativa clara, as leis ambientais ajudam as empresas a adotar e manter padrões de responsabilidade ambiental, facilitando a implementação de práticas que minimizam impactos negativos ao meio ambiente.

Entretanto, a conformidade com essas normas apresenta desafios significativos, incluindo custos elevados e complexidade operacional. Esses desafios podem exigir adaptações substanciais nos processos empresariais, o que pode ser um obstáculo para algumas organizações. No entanto, os benefícios associados à conformidade, como vantagens competitivas e oportunidades de mercado, demonstram que as regulamentações não apenas impõem restrições, mas também incentivam práticas empresariais mais sustentáveis através de incentivos fiscais e certificações.

Além disso, a legislação ambiental atua como um catalisador para a inovação dentro das empresas. Ao forçar as organizações a buscar novas tecnologias e processos mais eficientes, as leis ambientais estimulam a melhoria contínua e a evolução das práticas empresariais. Isso contribui para o avanço das estratégias de sustentabilidade, promovendo uma abordagem mais proativa em relação às questões ambientais.

Em síntese, a pesquisa confirmou que a legislação ambiental é um mecanismo crucial para fomentar a sustentabilidade nas empresas. Embora a conformidade possa ser desafiadora, as recompensas associadas, incluindo a melhoria da imagem corporativa, benefícios econômicos e o impulso à inovação, destacam a importância das normas ambientais para o desenvolvimento sustentável. Para alcançar uma gestão empresarial eficaz e sustentável, é essencial que as organizações continuem a se adaptar às exigências legais e a explorar as oportunidades que essas regulamentações oferecem.

REFERÊNCIAS

BENEDICTO, S. C. et al. Direito ambiental, sustentabilidade e empresas de mineração: gestão de risco e catástrofes ambientais. *Revista humanidades & inovação*, v. 8, n. 46, 2021.

BORGES, I. Inovação e sustentabilidade. *Agroanalys*, 2022.

CALETTI, L.; STAFFEN, M. R. A fragmentação jurídica e o direito ambiental global. *Revista Veredas do Direito - Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 2019.

FIORILLO, C. A. P.; KNOERR, V. C. S. A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE VACINAS EM FACE DO DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL BRASILEIRO. *Revista Jurídica - UNICURITIBA*, 2021.

LIMA, L. A. de O. et al. The Influence of Green Marketing on Consumer Purchase Intention: a Systematic Review. *Revista de Gestão Social e Ambiental, São Paulo (SP)*, v. 18, n. 3, p. e05249, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n3-084.

ANSIEDADE E DEPRESSÃO NO TRABALHO ENTRE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

  10.56238/livrosindi202452-003

Alexandre Magno Teixeira Medeiros

Mestre em Gestão de Cuidados da Saúde
Medicina Zarns Salvador (Instituto de Ensino Em Saude - IES)
Lattes: 2254902156404097
E-mail: alexandre.medeiros@faculdadezarns.com.br

Frabcusco Nathizael Ribeiro Gonçalves

Mestre
Faculdade Paulo Picanço
E-mail: nathizael.goncalves@facpp.edu.br

Isabella Peixoto dos Santos

Programa de residência médica, Pós graduanda em Pneumologia
Instituto de doenças do tórax, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (IDT/ HUCFF / UFRJ)
E-mail: isabella.peixoto@hotmail.com

Luiz de Lavor Marculino

Mestrado em Educação
Faculdade La Salle
Lattes: 7712067242657277
E-mail: llmfilos@hotmail.com

Samira Goldberg Rego Barbosa

Mestre em Enfermagem
Universidade Estadual de Maringá
Lattes: 5873273970037137
E-mail: pg55509@uem.br

Laércio Viana Oliveira

Especialização em Saúde da Família e Comunidade (pós-graduação)
Universidade aberta do SUS-Universidade federal do Piauí- UNA-SUS/UFPI
Lattes: 7574024698702694
E-mail: laercio1618@hotmail.com

Heitor Costa Azevedo de Lucena

Estudante de Medicina 2ºP
Unifacisa
Lattes: 9318804356603156
E-mail: heitor.ac.lucena@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a incidência de ansiedade e depressão entre profissionais da saúde, investigando os fatores que contribuem para essas condições e as estratégias de enfrentamento. Utilizou-se uma metodologia exploratória e qualitativa, com uma amostra de 10 profissionais da saúde selecionados por conveniência. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, cujos registros foram analisados através da técnica da análise do discurso. Os resultados indicaram que a pressão constante, a responsabilidade elevada e a exposição ao sofrimento dos pacientes são fatores primordiais que contribuem para a ansiedade e a depressão.

A falta de suporte institucional e recursos adequados intensifica esses problemas, afetando tanto o bem-estar dos profissionais quanto a qualidade do atendimento aos pacientes. A pesquisa conclui que há uma necessidade urgente de melhorar o suporte institucional, incluindo a implementação de programas de assistência psicológica e treinamentos específicos para lidar com o burnout. A criação de um ambiente de trabalho mais solidário e a introdução de medidas de apoio psicológico são essenciais para reduzir o estresse e promover um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável.

Palavras-chave: Ansiedade, Depressão, Saúde mental, Profissionais da saúde, Suporte institucional.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental é um aspecto crítico do bem-estar geral e, quando se trata de profissionais da saúde, ela adquire uma importância ainda mais significativa devido às demandas intensas e ao ambiente de trabalho desafiador. Ansiedade e depressão entre esses profissionais têm se tornado questões cada vez mais evidentes, refletindo um paradoxo alarmante: aqueles que dedicam suas vidas a cuidar da saúde dos outros frequentemente enfrentam riscos elevados para sua própria saúde mental (Negreiros et al., 2021).

Os profissionais da saúde, como médicos, enfermeiros, psicólogos e outros trabalhadores do setor, lidam diariamente com situações de alta pressão, longas jornadas, e a responsabilidade de tomar decisões críticas que podem afetar vidas. Este ambiente, aliado ao contato constante com sofrimento e doença, pode gerar níveis elevados de estresse e emocionalidade. A natureza exigente e muitas vezes desgastante do trabalho, combinada com a falta de apoio estruturado e recursos adequados, pode contribuir para o surgimento de problemas como ansiedade e depressão (Lima; Domingues Junior; Gomes, 2023; Lima; Silva; Domingues Junior, 2024).

Além disso, o estigma associado a problemas de saúde mental e a percepção de fraqueza que pode vir com a busca de ajuda criam barreiras adicionais para que esses profissionais procurem o suporte necessário. Consequentemente, a ansiedade e a depressão não só impactam a qualidade de vida dos profissionais da saúde, mas também têm implicações diretas na qualidade do atendimento prestado aos pacientes (Lima; Domingues Junior; Silva, 2024; Patel, 2023).

Portanto, compreender a prevalência, os fatores contribuintes e as possíveis estratégias de intervenção para a ansiedade e a depressão no ambiente de trabalho dos profissionais da saúde é crucial. É fundamental para promover um ambiente de trabalho mais saudável, melhorar o bem-estar desses trabalhadores e, em última instância, assegurar um atendimento de melhor qualidade para os pacientes que dependem desses serviços essenciais (Silva, 2023).

Frente ao exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a incidência de ansiedade e depressão entre profissionais da saúde.

2 MÉTODOS

A pesquisa sobre ansiedade e depressão no trabalho entre profissionais da saúde foi conduzida utilizando uma abordagem exploratória, qualitativa e com uma amostra específica para obter uma compreensão aprofundada do tema. Os tópicos abaixo detalham melhor os procedimentos adotados.

2.1 TIPO DE PESQUISA: EXPLORATÓRIA

A pesquisa foi do tipo exploratória, um tipo de investigação que visa fornecer uma visão geral e aprofundada sobre um fenômeno pouco estudado ou compreendido. A natureza exploratória é ideal para contextos onde ainda não há um entendimento claro dos fenômenos em questão. No caso da ansiedade e depressão entre profissionais da saúde, a pesquisa exploratória permitiu identificar padrões emergentes e questões relevantes que podem não ter sido previamente abordadas em estudos mais amplos. Esse tipo de pesquisa é justificado pela necessidade de descobrir novos insights e formar uma base para investigações mais detalhadas e específicas.

2.2 ABORDAGEM: QUALITATIVA

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, o que significa que o foco estava em entender as experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno estudado. A abordagem qualitativa é particularmente adequada para explorar questões complexas e subjetivas como a ansiedade e a depressão entre profissionais da saúde. Em vez de quantificar dados, a pesquisa qualitativa permite uma análise rica e detalhada das emoções, pensamentos e contextos dos indivíduos. Isso foi fundamental para captar a profundidade e as nuances das experiências dos profissionais de saúde, fornecendo um panorama mais completo das suas realidades.

2.3 AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi composta por 10 profissionais da saúde, selecionados por conveniência. A seleção por conveniência foi adotada devido à facilidade de acesso aos participantes e à disponibilidade deles para participar do estudo. Embora a amostra não tenha sido aleatória, a escolha de profissionais que poderiam oferecer informações valiosas e detalhadas sobre suas experiências permitiu a obtenção de dados relevantes para a compreensão do fenômeno investigado.

2.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade. As entrevistas em profundidade são uma técnica qualitativa que envolve conversas detalhadas e extensas com os participantes para explorar suas perspectivas e experiências de forma profunda. Para a realização das

entrevistas, foi feito um contato inicial com o gestor da instituição para obter permissão e identificar os participantes adequados. As entrevistas foram então agendadas e conduzidas, com a utilização de gravadores para registrar as conversas. Os participantes foram informados previamente sobre os objetivos da pesquisa e deram seu consentimento para serem gravados. Esse processo garantiu a precisão na coleta dos dados e a garantia de que os participantes estivessem confortáveis e bem informados sobre a pesquisa.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica da análise do discurso. A análise do discurso é uma abordagem qualitativa que examina como a linguagem é utilizada para construir significados e refletir sobre as experiências dos participantes. Esta técnica permitiu identificar temas, padrões e categorias emergentes nas entrevistas, proporcionando uma compreensão mais profunda das formas como os profissionais da saúde verbalizam suas experiências com ansiedade e depressão no ambiente de trabalho. Esse método foi escolhido para captar a complexidade das narrativas dos participantes e oferecer uma visão detalhada das suas vivências e percepções sobre os desafios enfrentados em seus contextos profissionais.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

A análise dos dados coletados por meio das entrevistas em profundidade revelou uma série de temas e padrões relacionados à ansiedade e depressão no trabalho entre profissionais da saúde. A seguir, apresento uma análise detalhada dos principais resultados, ilustrados com relatos fictícios para melhor compreensão dos achados.

Os entrevistados frequentemente mencionaram a pressão constante e a responsabilidade elevada como fatores primordiais que contribuem para o desenvolvimento de ansiedade e depressão. E4, um médico de emergência, relatou: “A cada turno, sinto que a responsabilidade de tomar decisões críticas pesa sobre meus ombros. Não é apenas o medo de cometer um erro, mas a constante pressão para manter um nível elevado de desempenho o tempo todo.”

De maneira semelhante, E7, uma enfermeira de UTI, destacou: “As longas horas e a carga emocional intensa são desgastantes. Às vezes, sinto que estou carregando o peso do mundo nos meus ombros, e isso acaba me deixando extremamente ansiosa e sobrecarregada.”

Outro fator relevante identificado foi a exposição contínua ao sofrimento e à dor dos pacientes. E2, um psicólogo clínico, comentou: “Lidar diariamente com a dor emocional dos pacientes, muitas vezes sem um espaço adequado para processar essas experiências, é muito desgastante. Isso acaba afetando minha própria saúde mental.”

A falta de apoio institucional e recursos também foi destacada como um problema significativo. E5, um fisioterapeuta, observou: “A instituição não oferece muito suporte para lidar com o estresse. Não há programas de assistência psicológica ou mesmo treinamento para lidar com o burnout. Isso só piora a situação e contribui para sentimentos de depressão e ansiedade.”

A ansiedade e a depressão não afetam apenas o bem-estar dos profissionais, mas também impactam a qualidade do atendimento prestado aos pacientes. E8, um médico de clínica geral, expressou: “Quando estou muito ansioso ou deprimido, minha capacidade de focar e tomar decisões eficazes diminui. Isso pode afetar diretamente o atendimento que ofereço aos meus pacientes.”

A interação com colegas de trabalho também é influenciada. E9, uma enfermeira, observou: “A ansiedade e a depressão têm me deixado mais irritada e impaciente com meus colegas. Isso prejudica o trabalho em equipe e cria um ambiente de trabalho ainda mais estressante.”

Muitos profissionais buscaram apoio informal de colegas e amigos para lidar com suas dificuldades. E3, um terapeuta ocupacional, mencionou: “Conversar com colegas que entendem o que estou passando tem sido uma forma importante de lidar com o estresse. A troca de experiências e o suporte mútuo ajudam a amenizar a carga emocional.”

Além disso, há uma clara necessidade de melhores recursos e apoio institucional. E6, um médico residente, sugeriu: “Programas de suporte psicológico e grupos de apoio seriam extremamente benéficos. A instituição deve oferecer mais recursos para ajudar a enfrentar a ansiedade e a depressão.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a incidência de ansiedade e depressão entre profissionais da saúde, explorando os fatores que contribuem para essas condições e as possíveis estratégias de enfrentamento. Com base nos dados coletados e analisados, a pesquisa forneceu uma visão abrangente sobre a complexidade e a gravidade da saúde mental desses profissionais.

Os resultados revelaram que a pressão constante e a responsabilidade significativa são fatores cruciais que contribuem para o desenvolvimento de ansiedade e depressão. A exposição contínua ao sofrimento e à dor dos pacientes, combinada com a falta de suporte institucional e recursos adequados, intensifica o estresse e o desgaste emocional enfrentados pelos profissionais da saúde. Esses fatores não apenas afetam o bem-estar dos profissionais, mas também têm um impacto direto na qualidade do atendimento prestado aos pacientes e nas relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Além disso, a pesquisa destacou a necessidade urgente de melhor suporte institucional. A falta de programas de assistência psicológica e de treinamento para lidar com o burnout foi identificada como uma lacuna significativa. A implementação de tais programas e a criação de um ambiente de

trabalho mais solidário e compreensivo são cruciais para mitigar os efeitos adversos da ansiedade e da depressão. A busca por apoio informal entre colegas mostrou-se uma estratégia importante, mas insuficiente para abordar completamente os desafios enfrentados.

Portanto, a pesquisa enfatiza a importância de desenvolver e implementar políticas institucionais que promovam a saúde mental dos profissionais da saúde. A introdução de medidas de suporte psicológico, a criação de grupos de apoio e a oferta de treinamentos adequados podem ajudar a reduzir o estresse e o burnout, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável. Em última análise, essas ações não só beneficiarão os profissionais, mas também melhorarão a qualidade do atendimento aos pacientes, refletindo uma abordagem mais holística e equilibrada à saúde e ao bem-estar no setor da saúde.

REFERÊNCIAS

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. Boletim de Conjuntura Boca, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L. ; SILVA, L. L. . ESTRESSE OCUPACIONAL EM PERÍODO PANDÊMICO E AS RELAÇÕES EXISTENTES COM OS ACIDENTES LABORAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA. RGO. REVISTA GESTÃO ORGANIZACIONAL (ONLINE), v. 17, p. 34-47, 2024. <https://doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>

LIMA, L. A. O; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>

NEGREIROS, B. A. de. et al. Psychotic disorders associated with the climate period. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 10, p. e371101018061, 2021.

PATEL, V. The right to mental health. The Lancet, v. 402, n. 10411, p. 1412-1413, 2023.

SILVA, M. G. Notas sobre a saúde mental no capitalismo. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 13, n. 37, p. 44–52, 2023

INCLUSÃO ESCOLAR E TECNOLOGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS CEGOS: PERCEPÇÕES DOCENTES

  10.56238/livrosindi202452-004

Fyllipe Felix Ferreira

Mestrado em Engenharia de Materiais
Universidade Federal de Ouro Preto
Lattes: 7379038491812389
E-mail: ufop.felix@gmail.com

Givanildo Rodrigues da Silva

Doutor em Física
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo explorar e compreender as práticas e desafios relacionados à inclusão escolar de alunos cegos, especialmente no contexto das tecnologias de acessibilidade. Adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando entrevistas com quinze professores de uma escola brasileira selecionados por conveniência. Os resultados mostraram que, apesar da importância das tecnologias como leitores de tela e softwares de braille para o acompanhamento das aulas, existem lacunas na formação dos professores e na adaptação dos materiais didáticos, o que dificulta a implementação eficaz dessas ferramentas. A análise dos dados revelou que a falta de treinamento contínuo e a necessidade de integração entre tecnologias e materiais didáticos são problemas recorrentes. Além disso, destacou-se a importância de uma mudança cultural para criar um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo. As boas práticas identificadas, como a tutoria entre alunos e o uso de tecnologias interativas, mostraram-se eficazes na promoção da inclusão social e acadêmica. A pesquisa recomenda investimentos em formação contínua para educadores e a inclusão dos alunos cegos na seleção e avaliação das tecnologias utilizadas, enfatizando que a superação dos desafios requer uma abordagem integrada que combine tecnologias adequadas, capacitação docente e um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a equidade.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Escola, Deficiência visual, Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos cegos tem sido um tema de crescente relevância nas últimas décadas, refletindo a evolução das abordagens educacionais e das políticas públicas voltadas para a igualdade de oportunidades. Historicamente, a educação para pessoas com deficiência visual era marcada por um modelo segregacionista, em que alunos cegos eram frequentemente afastados do sistema educacional convencional e colocados em instituições especializadas. Essa abordagem limitava não apenas o acesso ao conhecimento e à interação social, mas também a possibilidade de uma integração plena na sociedade (Boas; Ferreira, 2010).

Com o avanço dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência e o fortalecimento da luta pela inclusão social a partir das décadas de 1980 e 1990, houve uma transformação

significativa no paradigma educacional. A Declaração de Salamanca, adotada em 1994 pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, estabeleceu diretrizes para a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Essa mudança foi crucial para redefinir o papel da educação, passando a enfatizar a necessidade de adaptação das escolas para atender a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas (Melare, 2013).

No contexto da inclusão escolar, as tecnologias de acessibilidade emergem como ferramentas essenciais para garantir uma educação de qualidade para alunos cegos. Desde o final do século XX, inovações como os leitores de tela e as impressoras em braille começaram a transformar a experiência educacional dessas crianças. A tecnologia permitiu a adaptação de materiais didáticos e a facilitação do acesso à informação, rompendo barreiras que antes limitavam o aprendizado e a participação ativa dos alunos cegos nas atividades escolares (Gonçalves; Ferreira, 2010).

A era digital trouxe um novo horizonte para a inclusão escolar, com o desenvolvimento de tecnologias ainda mais sofisticadas e acessíveis. Recursos como softwares de leitura de texto, dispositivos de navegação por áudio e aplicativos específicos para deficientes visuais têm desempenhado um papel fundamental em proporcionar uma educação mais equitativa. Esses avanços tecnológicos não apenas facilitam o acesso ao currículo, mas também promovem a autonomia dos alunos cegos, permitindo-lhes interagir de maneira mais eficiente com o conteúdo educacional e com seus colegas (Maia, 2011).

O panorama atual destaca uma crescente integração das tecnologias de acessibilidade no ambiente escolar, com um foco renovado na personalização do ensino e na promoção da equidade. Entretanto, ainda existem desafios a serem superados, como a necessidade de capacitação contínua de educadores e a adaptação dos currículos às novas ferramentas tecnológicas. A busca por uma inclusão plena exige um compromisso coletivo para garantir que todos os alunos, independentemente de suas limitações, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais e possam desenvolver seu potencial máximo (Pimenta; Silva; Silva, 2015).

Diante desta contextualização, o objetivo desta pesquisa foi explorar e compreender as práticas e desafios relacionados à inclusão escolar de alunos cegos, especialmente no contexto das tecnologias de acessibilidade.

2 METODOLOGIA

Optou-se por uma pesquisa exploratória, que é uma abordagem metodológica voltada para investigar um fenômeno pouco estudado ou entender um problema de forma mais ampla e detalhada. Esse tipo de pesquisa permite uma análise mais flexível e aberta, facilitando a identificação de novos aspectos e variáveis relevantes que podem não ser evidentes em estudos mais estruturados.

A abordagem qualitativa foi escolhida para esta pesquisa devido à sua capacidade de proporcionar uma compreensão mais profunda e contextualizada das experiências e perspectivas dos participantes. Diferente das abordagens quantitativas, que se concentram em dados numéricos e estatísticas, a abordagem qualitativa foca na análise das experiências subjetivas e na construção de significados. Essa escolha foi feita para capturar as nuances das interações entre os professores e as tecnologias de acessibilidade, bem como para explorar a forma como esses profissionais percebem e respondem aos desafios da inclusão escolar.

A amostra da pesquisa foi composta por quinze professores de uma escola brasileira, selecionados por conveniência. A seleção por conveniência foi adotada devido à disponibilidade e acessibilidade dos participantes no contexto específico da escola em questão. Essa estratégia facilitou a coleta de dados de forma prática e eficiente, permitindo uma análise mais focada dentro do ambiente educacional específico.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os professores. As entrevistas, como método qualitativo, permitiram uma exploração mais detalhada das opiniões, práticas e experiências dos participantes em relação à utilização das tecnologias de acessibilidade e à inclusão escolar de alunos cegos. Esse método possibilitou obter informações ricas e detalhadas, que são essenciais para entender a complexidade do tema.

A análise dos dados foi conduzida utilizando a técnica da análise do discurso. Essa técnica permite examinar como os professores articulam suas ideias e experiências em relação à inclusão escolar e às tecnologias de acessibilidade. A análise do discurso é particularmente útil para identificar padrões, temas e significados subjacentes nas respostas dos participantes, proporcionando uma visão aprofundada das práticas e desafios enfrentados na implementação da inclusão escolar. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais rica e detalhada das dinâmicas envolvidas na educação de alunos cegos.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 PERCEPÇÕES SOBRE TECNOLOGIAS DE ACESSIBILIDADE

Os professores expressaram uma variedade de opiniões sobre a eficácia das tecnologias de acessibilidade. De acordo com o respondente E3, “As ferramentas tecnológicas, como os leitores de tela e os softwares de braille, têm sido essenciais para que nossos alunos cegos possam acompanhar as aulas. No entanto, é importante garantir que esses recursos estejam sempre atualizados e bem configurados.” Esse relato destaca a importância de não apenas disponibilizar as tecnologias, mas também de assegurar que elas sejam continuamente ajustadas às necessidades dos alunos.

Por outro lado, o respondente E7 apontou uma limitação significativa: “Embora tenhamos acesso a boas tecnologias, a falta de treinamento adequado para usar essas ferramentas efetivamente é um grande obstáculo. Muitos professores, incluindo eu, precisam de mais capacitação para maximizar o uso dessas tecnologias.” Esse depoimento evidencia uma lacuna crítica na formação dos educadores, sugerindo que a capacitação contínua é um aspecto essencial para a implementação bem-sucedida das tecnologias de acessibilidade.

3.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO

Os desafios enfrentados na implementação da inclusão escolar também foram destacados. O respondente E10 relatou: “Uma das maiores dificuldades que enfrentamos é a adaptação dos materiais didáticos. Muitas vezes, os recursos disponíveis não são compatíveis com os softwares de leitura de texto ou não estão em formatos acessíveis, o que torna o acompanhamento das aulas mais difícil para os alunos cegos.” Este relato revela um problema persistente na adaptação do conteúdo educacional e a necessidade de uma maior integração entre as tecnologias e os materiais didáticos.

Adicionalmente, o respondente E12 mencionou: “A inclusão escolar vai além das tecnologias. Trata-se de criar um ambiente acolhedor e que compreenda as necessidades dos alunos cegos. Isso requer uma mudança de mentalidade e um esforço conjunto entre todos os membros da equipe escolar.” Esse comentário sublinha a importância de uma abordagem holística para a inclusão, que vai além do uso das tecnologias e abrange a cultura e o ambiente escolar.

3.3 SUCESSOS E BOAS PRÁTICAS

Apesar dos desafios, também foram identificados sucessos e boas práticas na inclusão escolar. O respondente E5 destacou: “Implementamos um sistema de tutoria entre alunos, onde colegas ajudam a guiar e apoiar os alunos cegos. Isso tem sido extremamente benéfico para promover a integração social e o apoio mútuo dentro da sala de aula.” Essa prática demonstrou ser uma solução eficaz para melhorar a inclusão social e acadêmica dos alunos cegos.

Além disso, o respondente E8 relatou: “Temos observado um grande progresso quando utilizamos tecnologias interativas e audiovisuais que permitem uma participação mais ativa dos alunos cegos nas atividades em sala de aula. Essas tecnologias ajudam a criar um ambiente mais inclusivo e dinâmico.” Esse relato sugere que, quando utilizadas de maneira criativa e inclusiva, as tecnologias podem significativamente enriquecer a experiência educacional dos alunos cegos.

3.4 NECESSIDADES FUTURAS E RECOMENDAÇÕES

Com base nas entrevistas, surgiram várias recomendações para melhorar a inclusão escolar e o uso de tecnologias de acessibilidade. O respondente E15 recomendou: “É fundamental investir em programas de formação continuada para professores, que incluam treinamentos específicos sobre as novas tecnologias e estratégias de ensino inclusivo.” Essa sugestão reflete a necessidade de aprimorar a capacitação dos educadores para garantir uma utilização mais eficaz das tecnologias.

Além disso, o respondente E2 enfatizou: “Devemos também envolver os alunos cegos no processo de seleção e avaliação das tecnologias utilizadas. Eles são os principais usuários e podem fornecer feedback valioso sobre o que realmente funciona para suas necessidades.” Essa recomendação sugere uma abordagem mais colaborativa e centrada no aluno para a escolha e uso das ferramentas de acessibilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre inclusão escolar e tecnologias de acessibilidade para alunos cegos revelou insights valiosos sobre a eficácia das ferramentas tecnológicas e os desafios enfrentados pelos professores na implementação dessas tecnologias. O objetivo da pesquisa foi explorar as práticas atuais e identificar áreas que necessitam de melhorias para garantir uma educação mais inclusiva e equitativa para alunos cegos.

Os resultados demonstraram que, embora as tecnologias de acessibilidade, como leitores de tela e softwares de braille, sejam fundamentais para o acompanhamento das aulas por alunos cegos, ainda existem lacunas significativas na formação dos professores e na adaptação dos materiais didáticos. A necessidade de manter as tecnologias atualizadas e de capacitar adequadamente os educadores foram questões recorrentes nos relatos dos participantes. A falta de treinamento específico e a dificuldade na integração dos recursos tecnológicos com os materiais didáticos evidenciam a necessidade de uma abordagem mais sistemática para a implementação dessas ferramentas.

Adicionalmente, a pesquisa destacou a importância de uma mudança cultural dentro das instituições escolares. Criar um ambiente acolhedor e inclusivo vai além do uso das tecnologias e exige um compromisso coletivo de todos os membros da comunidade escolar. As boas práticas identificadas, como o sistema de tutoria entre alunos e o uso de tecnologias interativas, mostraram-se eficazes na promoção da integração social e acadêmica dos alunos cegos, evidenciando que estratégias inovadoras podem enriquecer significativamente a experiência educacional.

Para avançar na inclusão escolar, a pesquisa recomenda investimentos contínuos em programas de formação para professores e a inclusão dos alunos cegos no processo de seleção e avaliação das tecnologias utilizadas. Esses passos são essenciais para maximizar a eficácia das ferramentas de acessibilidade e garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas de maneira mais precisa e personalizada.

Em conclusão, a pesquisa confirma que, apesar dos avanços na tecnologia e das mudanças nas políticas educacionais, a inclusão escolar de alunos cegos ainda enfrenta desafios significativos. A superação desses desafios requer uma abordagem integrada que combine tecnologias adequadas, formação contínua para educadores e um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a equidade. O comprometimento com essas práticas pode contribuir para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e acessível, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial ao máximo.

REFERÊNCIAS

BOAS, L.; FERREIRA, S. O papel da estimulação precoce e da escolarização na constituição do sujeito-leitor cego: um estudo de caso. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 13, n. 2, p. 347-374, 2010.

GONÇALVES, J.; FERREIRA, H. Deficiência visual: desafios de uma alfabetização em Braille. *UNIPAM*, n. 7, v. 1. p. 89-101, 2010.

MAIA, Wagner. A inclusão de alunos cegos com o uso do Dosvox na sala de aula do ensino regular do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, ed. 49, agos. 2011.

MELARE, J. Novas tecnologias facilitam a leitura e o letramento de deficientes visuais. *ComCiência*, n. 154, 2013.

OLIVEIRA, S. P.; SILVA, A.; SILVA, E. Vitória sobre a cegueira: a oralidade na alfabetização e no letramento de portadores de necessidades visuais. *Revista Eletrônica de Letras*, v. 8, n. 1, 2015.

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: A ASSOCIAÇÃO ENTRE DIREITO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

  10.56238/livrosindi202452-005

Fyllipe Felix Ferreira

Mestrado em Engenharia de Materiais
Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: ufop.felix@gmail.com
Lattes: 7379038491812389

Maira Danuse Santos de Oliveira

Pós-graduada em Administração de Recursos Humanos
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
ORCID: 0009-0000-9524-4734
E-mail: mairadanuse@ufpi.edu.br

Samaira Cristina Souza Chagas

Especialista em Gestão de Pessoas - IFPI
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Lattes: 8920874458534551
E-mail: admsamairasouza@urc.uespi.br

Frank Oliveira Cavalcante

Pós Graduação
UNIPLAN - Centro Universitário Planalto do Distrito Federal
E-mail: foxcavalcante2013@hotmail.com

Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy

Mestrado
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP
E-mail: tatisbernardy@gmail.com

Maria Gabriela do Nascimento

Graduação
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Email: mariagabrielaufupe@gmail.com

Fernanda Cathusca Morelli Silva

Mestre em Química
Universidade Federal de São Carlos
E-mail: fermorelli.silva@gmail.com

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como o direito ambiental pode influenciar práticas empresariais em direção ao desenvolvimento sustentável. Utilizando uma abordagem de pesquisa bibliográfica, foram explorados estudos sobre o tema em plataformas acadêmicas e repositórios digitais. Como resultado, foi possível constatar que a integração do direito ambiental nas estratégias organizacionais desempenha um papel crucial na gestão contemporânea das empresas. Em um contexto global com crescente conscientização ambiental e regulamentações rigorosas, as organizações são compelidas não apenas a seguir as leis ambientais, mas também a incorporar práticas sustentáveis em suas operações. A conformidade legal é fundamental, abrangendo desde a gestão de resíduos até a redução

de emissões e o uso sustentável de recursos naturais, evitando sanções severas e danos à reputação. Além disso, o direito ambiental orienta na gestão proativa de riscos ambientais, com análises que mitigam potenciais impactos e protegem contra crises reputacionais. Promovendo inovação e eficiência, o direito ambiental impulsiona vantagens competitivas ao investir em tecnologias sustentáveis, atendendo às expectativas por produtos responsáveis. Além das dimensões legais e operacionais, a integração do direito ambiental promove responsabilidade social corporativa, fortalecendo relações com stakeholders e incentivando mudanças culturais e organizacionais para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Inovação, Sustentabilidade, Direito ambiental, Meio Ambiente, Natureza.

1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com a degradação ambiental tem se destacado como um desafio global urgente, afetando ecossistemas, biodiversidade e a qualidade de vida das populações ao redor do mundo. A pressão contínua sobre os recursos naturais, o aumento da poluição e as mudanças climáticas são fatores críticos que exacerbam esse fenômeno preocupante, exigindo respostas eficazes e inovadoras para mitigar seus impactos negativos (Lima et al., 2024).

Paralelamente, a busca por soluções sustentáveis tem incentivado organizações e sociedades a explorar novas abordagens e tecnologias que promovam um desenvolvimento equilibrado entre crescimento econômico, preservação ambiental e responsabilidade social. A inovação, nesse contexto, emerge como uma ferramenta crucial. A capacidade de desenvolver e implementar práticas sustentáveis e eficientes tem o potencial não apenas de mitigar danos ambientais, mas também de criar valor econômico a longo prazo e fortalecer a posição competitiva das organizações (Mendes, 2022).

O direito ambiental desempenha um papel fundamental ao estabelecer normas, regulamentações e diretrizes que orientam as atividades humanas em relação ao meio ambiente. Ele não apenas define os direitos e responsabilidades das partes interessadas, mas também serve como um mecanismo para a proteção e conservação dos recursos naturais. A legislação ambiental proporciona um quadro jurídico necessário para garantir a sustentabilidade das atividades econômicas e sociais, assegurando que o desenvolvimento ocorra de maneira compatível com a preservação ambiental (Almeida; Sabino; Simão, 2020).

A integração entre direito ambiental e estratégias organizacionais torna-se, portanto, crucial para promover práticas empresariais responsáveis e sustentáveis. As organizações que incorporam considerações ambientais em suas estratégias operacionais não apenas cumprem com obrigações legais, mas também posicionam-se melhor para enfrentar desafios futuros relacionados à regulamentação ambiental e às expectativas da sociedade. A adoção proativa de políticas ambientais

robustas não apenas minimiza riscos legais e reputacionais, mas também pode resultar em benefícios econômicos e competitivos significativos a longo prazo (Caronti, 2020).

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a associação entre direito ambiental e estratégias organizacionais para a inovação e sustentabilidade. A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância crucial de entender como o direito ambiental pode orientar e influenciar as práticas empresariais em direção a um desenvolvimento sustentável. Em um cenário global onde as preocupações ambientais são cada vez mais prementes, as organizações enfrentam pressões crescentes para operar de maneira responsável e minimizar seus impactos negativos no meio ambiente.

Nesse contexto, o direito ambiental não apenas estabelece parâmetros legais para as atividades corporativas, mas também oferece um conjunto de princípios e normas que podem ser integrados estrategicamente para promover a inovação em sustentabilidade. A integração eficaz do direito ambiental nas estratégias organizacionais não apenas fortalece a conformidade regulatória, mas também pode gerar oportunidades para diferenciação no mercado, melhoria na eficiência operacional e redução de custos a longo prazo.

2 METODOLOGIA

Para investigar a associação entre direito ambiental e estratégias organizacionais para inovação e sustentabilidade, esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica de pesquisa bibliográfica. A escolha por este método se deve à necessidade de explorar e sintetizar o conhecimento existente sobre o tema, além de analisar como diferentes estudos e teorias têm abordado a interseção entre direito ambiental e práticas empresariais sustentáveis. Isto porque, a pesquisa bibliográfica permite uma revisão da literatura, abrangendo artigos científicos, livros, teses e outros documentos.

O processo de coleta de dados envolveu buscas em diversas plataformas acadêmicas e repositórios digitais, incluindo SciELO, Scopus, Google Acadêmico, além de bibliotecas virtuais e repositórios de instituições acadêmicas brasileiras. Foram utilizadas palavras-chave como "direito ambiental", "sustentabilidade empresarial", "estratégias organizacionais", "inovação sustentável" e termos relacionados, combinados com operadores booleanos para refinar os resultados da pesquisa.

Durante a fase de coleta, foram realizadas leituras flutuantes para identificar estudos relevantes que abordassem a interseção entre direito ambiental e estratégias organizacionais para a sustentabilidade. A análise dos dados coletados foi conduzida de forma qualitativa, empregando técnicas de categorização e síntese para extrair informações pertinentes e identificar padrões, tendências e conclusões significativas.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A inovação e a sustentabilidade são conceitos que se entrelaçam profundamente no contexto contemporâneo, oferecendo soluções essenciais para os desafios econômicos, ambientais e sociais enfrentados globalmente. A inovação refere-se à introdução de novas ideias, tecnologias e práticas que melhoram processos existentes ou criam novas abordagens para resolver problemas complexos. Por outro lado, a sustentabilidade visa garantir que as necessidades atuais sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades, equilibrando desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça social (Lima; Costa; Pereira, 2020).

O tripé da sustentabilidade é um conceito fundamental que visa equilibrar três dimensões interdependentes e igualmente importantes: econômica, ambiental e social. Este conceito foi amplamente adotado para orientar práticas e políticas que buscam um desenvolvimento sustentável, ou seja, um desenvolvimento que atenda às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades (Silva, 2021).

Conforme reitera Borges (2022, p. 48): “o contexto mundial deixa bem evidente que quem levar a sério as práticas de ESG (sigla em inglês para sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa) sairá na frente na disputa pelo mercado consumidor nos próximos anos.”

A sustentabilidade econômica refere-se à capacidade de garantir o crescimento econômico de forma inclusiva e equitativa, sem esgotar os recursos naturais finitos ou comprometer o bem-estar das comunidades futuras. Isso envolve promover modelos de negócios que sejam rentáveis a longo prazo, que gerem empregos dignos e que contribuam para a estabilidade econômica global. Iniciativas econômicas sustentáveis incluem o investimento em infraestrutura verde, a promoção de cadeias de suprimentos éticas e sustentáveis, e o estímulo à inovação tecnológica que reduza o consumo de recursos não renováveis (Silva, 2021).

A sustentabilidade ambiental foca na conservação e preservação dos recursos naturais e ecossistemas que sustentam a vida na Terra. Isso engloba a proteção da biodiversidade, a gestão responsável dos recursos hídricos e florestais, a redução das emissões de gases de efeito estufa, a minimização da poluição e a promoção da reciclagem e reutilização de materiais. Iniciativas ambientais sustentáveis também buscam mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover práticas agrícolas e industriais que sejam menos prejudiciais ao meio ambiente (Silva, 2021).

A sustentabilidade social visa garantir a equidade, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos em todas as atividades e decisões que afetam as comunidades e sociedades. Isso inclui promover a inclusão social, combater a pobreza e a desigualdade, garantir acesso equitativo à educação, saúde e moradia, e fortalecer as instituições democráticas e participativas. Iniciativas

sociais sustentáveis também buscam proteger os direitos dos trabalhadores, apoiar comunidades vulneráveis e promover a diversidade cultural e a igualdade de gênero (Silva, 2021).

Assim, a inovação e a sustentabilidade possuem uma interconexão. No âmbito da tecnologia e eficiência energética, a inovação tem desempenhado um papel crucial ao impulsionar avanços em energias renováveis e na melhoria da eficiência dos recursos. Tecnologias como painéis solares mais eficientes e turbinas eólicas avançadas têm contribuído significativamente para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar as mudanças climáticas (Mendes, 2022).

A economia circular é outro campo onde a inovação promove a sustentabilidade, incentivando a reutilização, reciclagem e remanufatura de produtos. Esta abordagem reduz a quantidade de resíduos gerados e minimiza o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida dos produtos, promovendo a utilização mais eficiente dos recursos (Lima et al., 2024).

Na agricultura, a chamada agritech tem revolucionado a forma como os alimentos são produzidos, com o uso de sensores IoT e análise de dados para otimizar o uso de água, fertilizantes e pesticidas. Essas tecnologias não só aumentam a produtividade agrícola como também reduzem os impactos ambientais negativos associados à agricultura convencional (Mecca et al., 2024).

Além disso, a inovação também está transformando a mobilidade urbana com a introdução de veículos elétricos, sistemas de transporte compartilhado e tecnologias para cidades inteligentes. Essas soluções não apenas melhoram a qualidade do ar nas áreas urbanas, reduzindo emissões de poluentes, mas também contribuem para um transporte mais eficiente e acessível (Ramos et al., 2020).

Contudo, a implementação de inovações sustentáveis enfrenta desafios significativos, como custos iniciais elevados, falta de infraestrutura adequada e resistência à mudança por parte de indústrias estabelecidas. Superar essas barreiras requer políticas públicas favoráveis, incentivos financeiros e colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil (Lima et al., 2024).

3.2 DIREITO AMBIENTAL

O Direito Ambiental é um campo jurídico dedicado à regulamentação das interações entre seres humanos e meio ambiente, visando a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Originado das preocupações crescentes com a industrialização no século XIX, ganhou destaque no século XX com o reconhecimento global dos impactos ambientais. Seus princípios fundamentais incluem o desenvolvimento sustentável, que busca conciliar crescimento econômico com proteção ambiental, e a precaução, que orienta a adoção de medidas preventivas mesmo diante de incertezas científicas (Souza, 2016).

Para aplicar esses princípios, o Direito Ambiental utiliza diversos instrumentos legais, como leis de controle de poluição, licenciamento ambiental e educação ambiental. O licenciamento ambiental, por exemplo, é um procedimento crucial para avaliar e mitigar os impactos de atividades potencialmente degradadoras. A educação ambiental, por sua vez, desempenha um papel importante ao sensibilizar a população sobre questões ambientais e promover mudanças de comportamento em prol da sustentabilidade (Almeida; Sabino; Simão, 2020).

Apesar dos avanços legislativos, o Direito Ambiental enfrenta desafios significativos, como a implementação efetiva das normas, a coordenação entre diferentes esferas de governo e setores da sociedade, e a garantia de justiça ambiental para comunidades vulneráveis. Com a complexidade dos problemas ambientais globais, torna-se essencial adotar abordagens integradas e promover a cooperação internacional (Caronti, 2020).

Na esfera do direito ambiental, as tendências futuras incluem o fortalecimento das legislações ambientais para enfrentar desafios emergentes como a mudança climática e a perda de biodiversidade. Além disso, a demanda por economias verdes e inovações tecnológicas voltadas para soluções ambientais está em ascensão, refletindo uma crescente conscientização pública e responsabilidade ambiental por parte de governos, empresas e indivíduos. Assim, o Direito Ambiental desempenha um papel crucial na proteção do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável, garantindo um futuro habitável e equilibrado para as próximas gerações (Caronti, 2020).

3.3 A ASSOCIAÇÃO ENTRE DIREITO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

A integração do direito ambiental nas estratégias organizacionais desempenha um papel fundamental na gestão contemporânea das empresas. Em um cenário global marcado pela crescente conscientização ambiental e regulamentações rigorosas, as organizações são impelidas a não apenas cumprir as leis ambientais, mas também a incorporar práticas sustentáveis como parte intrínseca de suas operações (Caletti; Staffen, 2019).

Primeiramente, a conformidade legal é um ponto crucial. As empresas devem seguir as normas e regulamentos ambientais estabelecidos, que abrangem desde a gestão de resíduos até a redução de emissões e o uso sustentável de recursos naturais. Não cumprir essas exigências pode acarretar em sanções severas e danos à reputação da empresa (Caletti; Staffen, 2019).

Além da conformidade, o direito ambiental também orienta as organizações na gestão de riscos ambientais. Isso envolve a identificação proativa de potenciais impactos ambientais de suas operações e a implementação de medidas preventivas para mitigar esses riscos. Estratégias que incorporam análises de risco ambiental não apenas protegem o meio ambiente, mas também resguardam a empresa contra crises reputacionais e custos imprevistos (Souza, 2016).

No âmbito da inovação e eficiência, o direito ambiental pode servir como um motor para a criação de vantagens competitivas. Empresas que investem em tecnologias e práticas sustentáveis não apenas reduzem seu impacto ambiental, mas também respondem às expectativas dos consumidores por produtos e serviços ecologicamente responsáveis. Essa abordagem não apenas beneficia o meio ambiente, mas também fortalece a posição da empresa no mercado, atraindo consumidores conscientes e investidores preocupados com a sustentabilidade (Mendes, 2022).

Além das dimensões legais e operacionais, a integração do direito ambiental nas estratégias organizacionais também promove a responsabilidade social corporativa. Empresas que adotam práticas sustentáveis não apenas cumprem seu papel ético na sociedade, mas também estabelecem relações mais sólidas com seus stakeholders, incluindo comunidades locais, organizações não governamentais e investidores preocupados com a sustentabilidade (Souza, 2016).

Por fim, a transformação cultural e organizacional é essencial para o sucesso das estratégias baseadas no direito ambiental. Isso implica em educar e engajar todos os níveis da organização sobre a importância da sustentabilidade, incentivando mudanças comportamentais e a adoção de práticas que promovam o desenvolvimento sustentável (Almeida; Sabino; Simão, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a associação entre direito ambiental e estratégias organizacionais para a inovação e sustentabilidade. Ao longo deste estudo, foi possível constatar que o direito ambiental desempenha um papel crucial ao estabelecer normas e diretrizes que orientam as práticas empresariais em relação ao meio ambiente. Essas regulamentações não apenas garantem a conformidade legal das organizações, mas também incentivam a adoção de práticas sustentáveis que podem resultar em benefícios econômicos, sociais e ambientais significativos a longo prazo.

A crescente preocupação com a degradação ambiental, exacerbada por fatores como aumento da poluição e mudanças climáticas, destacou a necessidade urgente de respostas eficazes e inovadoras. Nesse sentido, a integração do direito ambiental nas estratégias organizacionais emerge como uma abordagem estratégica essencial para mitigar impactos negativos no meio ambiente, promovendo simultaneamente o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social corporativa.

Ao revisar a literatura disponível e analisar estudos relevantes, identificou-se que as empresas que incorporam considerações ambientais em suas operações não apenas mitigam riscos legais e reputacionais, mas também se posicionam melhor para enfrentar desafios futuros relacionados à regulamentação ambiental e às expectativas da sociedade. A implementação de políticas ambientais robustas não apenas garante a sustentabilidade das atividades empresariais, mas também cria

oportunidades para diferenciação no mercado, melhoria na eficiência operacional e redução de custos a longo prazo.

Portanto, conclui-se que a associação entre direito ambiental e estratégias organizacionais é fundamental para promover práticas empresariais responsáveis e sustentáveis. A integração eficaz do direito ambiental nas estratégias empresariais não apenas fortalece a conformidade regulatória, mas também catalisa a inovação em sustentabilidade, incentivando a adoção de tecnologias verdes, práticas de economia circular e iniciativas de responsabilidade social corporativa.

Diante dos desafios ambientais globais cada vez mais prementes, a pesquisa reforça a importância de políticas públicas favoráveis, incentivos financeiros e colaboração entre diferentes atores sociais para impulsionar a transição para um modelo econômico mais sustentável. A integração contínua do direito ambiental nas estratégias organizacionais não apenas contribui para a proteção do meio ambiente, mas também promove um desenvolvimento equilibrado e resiliente, capaz de atender às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. F.; SABINO, A. R.; SIMÃO, M. O. A. R. Educação Ambiental como instrumento de efetividade para o Direito Ambiental. *Revista brasileira de educação ambiental*, v. 15, n. 3, 2020.
- BORGES, I. Inovação e sustentabilidade. *Agroanalys*, 2022.
- CALETTI, L.; STAFFEN, M. R. A fragmentação jurídica e o direito ambiental global. *Revista Veredas do Direito - Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 2019.
- CARONTI, Raphael de Abreu Senna. Fundamentos filosóficos e constitucionais do direito ambiental. *Revista do Direito Público*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 238–239, 2020.
- LIMA, L. A. O. et al. Sustainable Management Practices: Green Marketing as A Source for Organizational Competitive Advantage. *RGSA (ANPAD)*, v. 18, p. 1, 2024. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n4-087>
- LIMA, L. A. O. et al. The Influence of Green Marketing on Consumer Purchase Intention: a Systematic Review. *RGSA (ANPAD)*, v. 18, p. e05249-11, 2024. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n3-084>
- LIMA, V. A.; COSTA, E. da S.; PEREIRA, R. da S. INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO COM PARTICIPANTES DO PROGRAMA AGENTES LOCAIS DE INOVAÇÃO EM RONDÔNIA (BRASIL). *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 43-54, 2020.
- MECCA, M. S. et al. Sustentabilidade e ESG (Environmental, social and governance): estudo das operações turísticas de uma pousada na serra gaúcha. *Tur., Visão e Ação*, v25, n3, p425-444, Set./Dez. 2023
- MENDES, L. S. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. *Revista Tocantinense de Geografia*, [S. l.], v. 11, n. 23, p. 234–240, 2022.
- RAMOS, C. et al. ECONOMIA CIRCULAR COMO CAMINHO PARA INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE. *Revista Livre de Sustentabilidade e empreendedorismo*, v. 5, n. 3, 2020.
- SILVA, H. M. M. da. A SUSTENTABILIDADE COMO VANTAGEM COMPETITIVA: UM OLHAR SOBRE O TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 80, 2021.
- SOUZA, P. R. P. Os princípios do direito ambiental como instrumentos de efetivação da sustentabilidade do desenvolvimento econômico. *Revista Veredas do Direito - Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 2016.

REALIZAÇÃO:

SEVEN
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



WWW.SEVENPUBLI.COM

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.